Cooperação Brasil-África em Segurança & Defesa: A Participação Brasileira em Operações de Paz no Continente Africano

Rafaela Pinto Serpa[1]
Amabilly Bonacina[2]
Beatriz Vieira Rauber[3]
Catharina Becker Missel Machado[4]
Lorenso Andreolli da Silva[5]
Maria Gabriela Vieira[6]

Resumo: O presente trabalho busca analisar a participação do Brasil em Operações de Paz no continente africano, a partir de uma perspectiva brasileira de operações como cooperação em segurança e defesa. Além disso, e principalmente, buscamos entender quais são os fatores que explicam a África como foco da agenda brasileira nesse setor. A noção brasileira de operações de paz, além de uma ferramenta de projeção internacional, também é uma questão de princípio da diplomacia brasileira, vinculada a ideia de desenvolvimento e estabilização social. A atuação nesse setor está ligada aos interesses estratégicos brasileiros, mas também com a afinidade histórico-cultural que estes países têm com o Brasil. Dessa forma, o continente africano entra como prioridade da participação brasileira em operações de paz pelo i) papel da África como principal palco de atuação das Nações Unidas em Operações de Paz; e pelas ii) relações históricas do Brasil e o continente africano, o qual passa a ser visto, a partir da década de 1960, como entorno estratégico brasileiro. Portanto, no decorrer do artigo serão testadas as hipóteses que ligam a África à atuação brasileira, e por último, dentro de uma perspectiva brasileira, serão apresentados dados da participação do Brasil em OPs na África.

Palavras-chave: África; Operações de Paz; Cooperação em Segurança & Defesa; Relações Brasil-África

1. Introdução

O presente trabalho tem o intuito de explorar as ações e iniciativas entre o Brasil e o continente africano, a partir da percepção e atuação brasileira em Operações de Paz (OPs). Importa analisá-las para melhor compreender na prática como os interesses brasileiros se colocam na África. Conforme será exposto, o tópico de segurança do entorno estratégico esteve presente na diplomacia brasileira e ganhou destaque bastante significativo durante os governos militares e, principalmente, nos anos 2000. Pode-se afirmar, portanto, que garantir a segurança

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPOL-UFRGS). Aluna Responsável designada pela coordenação do curso de Relações Internacionais da UFRGS. Contato: rafaela.p.serpa@gmail.com

[2] Graduanda do 7º semestre de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: amabillybonacina@gmail.com

[3] Graduanda do 5º semestre de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: beatrizvrauber@gmail.com

[4] Graduanda do 7º semestre de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: catharinabecker02@gmail.com

[5] Graduando do 7º semestre de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: lorenso.andreoli2@gmail.com

[6] Graduanda do 7º semestre de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: maria.g.vieira95@gmail.com

e estabilidade do continente africano, é garantir a paz e estabilidade do oceano Atlântico que os une, e por consequência, assegurar a segurança de nosso próprio território. Nesse sentido, as missões de paz se colocam aqui como mais um, dentre os diversos canais, em que a preocupação brasileira em relação à pacificação e à estabilidade da África traz como consequência positiva a capacidade brasileira de assumir maiores responsabilidades em termos de paz e segurança no plano global.

O Brasil então encontra no continente africano seu entorno estratégico. Dessa forma, o país busca o aprofundamento das relações com esses países, através da promoção do comércio e investimentos brasileiros, mas também com cooperação técnica em defesa e segurança, buscando contribuir para o desenvolvimento autônomo dos Estados africanos. No plano institucional, vale ressaltar que a contribuição brasileira em missões de paz busca projetar o país internacionalmente, demonstrando sua capacidade de mobilização frente aos problemas securitários internacionais e assim buscando legitimar a candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança (CSNU). Mas também busca fortalecer o multilateralismo e a solução pacífica de conflitos (em consonância com a Constituição), através de uma perspectiva de solidariedade e cooperação com a África.

Nesse sentido, a África também, desde o início do processo de descolonização do continente, buscou se inserir no sistema internacional. Destaca-se o "Grupo Africano das Nações Unidas", que contava com a presença dos Estados africanos independentes que estavam ingressando na Organização internacional naquele momento (WALLERSTEIN, 2005). Ao mesmo tempo em que a presença africana na ONU ficava mais expressiva, também os conflitos africanos ganharam destaque, sendo o continente palco de diversas Operações de Paz da Organização. No mesmo sentido, os países africanos acompanharam a evolução das Operações em seu território, sendo diretamente afetados pelas mudanças institucionais e pelas crises que a ONU passou durante a Guerra Fria e passa até hoje. Atualmente, o Grupo Africano é o maior grupo regional dentro ONU, procurando sempre convergir os votos para o benefício mútuo de todos os países do continente, mostrando o peso que o continente tem e deve buscar cada vez mais ter no Sistema Internacional. Dessa forma, a presença brasileira no continente africano é uma maneira de integrar o país com as demais regiões estratégicas e buscar o apoio e a receptividade ao Brasil em ambientes multilaterais.

Dessa forma, buscaremos neste trabalho apresentar quais são os fatores que explicam a participação em operações de paz no continente africano uma escolha estratégica para o Brasil. Partimos, então, do entendimento que a atuação em Operações de Paz pelo Brasil é vista como prioridade da estratégia nacional de defesa brasileira e também como cooperação em segurança e defesa, de acordo com princípios constitucionais e diplomáticos, atuando apenas com o consentimento da nação terreno e buscando uma perspectiva abrangente de resolução do conflito e consolidação da paz. Nesse sentido, a atuação no continente africano será explicada, primeiramente, pela presença da África como palco principal da atuação da ONU no campo securitário, via estabelecimento de Operações de Paz, e ainda, como foco da política brasileira, a partir do entendimento dessa região como entorno estratégico brasileiro. E por fim, dentro da perspectiva brasileira de Operações de Paz, mostraremos qualitativa e quantitativamente a participação do Brasil em OPs na África para elucidar as hipóteses trazidas durante as duas primeiras seções.

2. As Operações de Paz das Nações Unidas e o Continente Africano

A presente seção tem como objetivo apresentar um panorama da evolução teórica e prática das Operações de Paz da ONU tendo como principal intenção compreender o que são operações de paz, como elas evoluíram até o presente momento através da atuação da ONU na segurança internacional, especificamente no continente africano. A atuação da ONU em

missões de paz é dividida em três fases ou gerações de Operações de Manutenção da Paz, divididas temporalmente: de 1945 à 1987; década de 1990; e anos 2000. Todas essas fases estiveram diretamente ligadas com a atuação dessas operações no continente africano e tem suas crises e mudanças como consequência da evolução nos conflitos africanos.

2.1 O Conceito de Operações de Paz

Apesar de não constarem diretamente na Carta da Organização das Nações Unidas, as Operações de Paz podem ser consideradas um dos principais mecanismos no processo de manutenção da paz e segurança do sistema internacional após o período da Guerra Fria (PUGH, 2008). Aqueles que apoiam e endossam as operações de paz defendem que a Carta, ao determinar que o Conselho de Segurança tem responsabilidade primária pela garantia da paz e segurança internacionais, implicitamente autoriza que, para cumprir tal responsabilidade, o Conselho estabeleça operações de paz (FAGANELLO, 2013).

A forma tradicional de *peacekeeping* está associada ao uso de pessoal militar em áreas de conflito interestatal sob a responsabilidade de supervisionar zonas neutras e monitorar acordos de cessar fogo e outros acordos de paz. Atualmente, as operações de paz vigentes abrangem elementos muito além de um acordo de paz entre dois agentes estatais em conflito, tendo um enfoque multidisciplinar que em muito difere da primeira operação estabelecida no período pós II Guerra Mundial (BADMUS, 2015).

Segundo o Relatório Brahimi[7], as Operações de Paz da ONU correspondem a três atividades principais: prevenções de conflito e *peacemaking*; *peacekeeping*; e *peacebuilding*. A prevenção de conflitos é um projeto a longo prazo que se direciona a questões estruturais da consolidação da paz. Os elementos de fato operacionais correspondem aos outros três. As operações de *peacemaking* estão associadas a conflitos ainda correntes, é uma tentativa de mediação e diplomacia que por vezes tem como voz organizações internacionais como a ONU. A noção de *peacekeeping* é a mais antiga das três, praticada a mais de 60 anos ela corresponde a tentativa de garantir o restabelecimento da paz, observando o cessar fogo, a incorporação das forças beligerantes nas Forças Armadas e uma preparação para a reconstrução do Estado (no caso de conflitos intraestatais). Já *peacebuilding* é um termo de origem mais recente, mas cada vez mais incorporado nos debates sobre operações de paz. Este último diz respeito a tentativa de implementar ferramentas que provenham as bases para a consolidação da paz em um Estado em situação de pós-conflito, como reintegrar combatentes na sociedade civil, fortalecer as instituições de um Estado de Direito e monitorar a garantia dos direitos humanos (ONU, 2000).

Analisando de forma sequencial, as operações de *peacemaking* (que não necessariamente são efetuadas pela ONU) orientarão o acordo de paz, ou cessar fogo, que será supervisionado e garantido pelas operações de *peacekeeping*. Estas últimas também deverão sedimentar a base para uma paz sustentável e, após o término do seu mandato, poderão ter como segmento uma operação de *peacebuilding*, que finaliza a participação política e militar da Organização no Estado.

A mais recente doutrina do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO[8]), a Doutrina Capstone (2008), traz consigo a consolidação do termo *peace enforcement* como quarto modelo de operação de paz. Este envolve o uso de medidas coercitivas, mediante autorização do Conselho de Segurança, incluindo o uso de força militar. Estas ações têm como princípio a restauração da paz em segurança internacional, sob justificativa de uma possível ameaça a estas. O Conselho de Segurança pode, quando julgar apropriado, autorizar que o *peace*

[7] O Relatório Brahimi leva o nome do ex-ministro de relações exteriores da Argélia que, a pedido do então Secretário-Geral Kofi Annan presidiu o painel *Panel on United Nations Peace Operations* em 07 de março de 2000 (FAGANELLO, 2013).

[8] Sigla em inglês para *Department of Peacekeeping Operations*.

enforcement seja executado por organizações internacionais, ou outros Estados (ONU, 2008). Vale lembrar que as operações de paz da ONU são executadas tendo como base os mandatos das Nações Unidas, por meio do Conselho de Segurança. Suas funções diferem de situação para situação dependendo de elementos como a natureza do conflito e os desafios específicos de cada local.

Desde seu princípio[9], as operações de paz se orientam por três condições básicas inter-relacionadas e mutuamente sustentadas que garantem o seu papel de ferramenta mantenedora da paz e segurança internacional. O primeiro destes princípios é o consentimento das partes envolvidas, ainda que, nas situações de conflitos atuais (modelo multidimensional e intraestatal) dever-se-á considerar o consentimento da maioria das partes, ou daquelas mais relevantes no conflito. O segundo é o princípio de imparcialidade, este determina que a operação não deve ter como objetivo vencer a guerra, mas sim garantir a paz e o fim do conflito entre as partes. Apesar de ter sido duramente criticado, este princípio não deve ser confundido com a neutralidade, uma vez que (após as determinações do Relatório de Brahimi) a ONU defendeu que os capacetes azuis deverão intervir caso o conflito ameace as cláusulas do mandato (como a proteção dos civis e garantia dos direitos humanos). Por fim, resta o princípio de não uso da força a exceção de defesa própria e defesa do mandato, este princípio defende que os capacetes azuis deverão evitar ao máximo o uso da força, mas que não devem se deixar agredir pelas partes em conflito e podem agir preventivamente em defesa do mandato que lhes foi determinado (UZIEL, 2010).

É possível afirmar que, desde suas primeiras operações, a ONU buscou cumprir com o que consta nos seus princípios básicos. Todavia, é inegável a evolução no modo de se fazer uma operação, principalmente devido a mudança drástica no caráter do conflito a ser solucionado pelas missões. Deve-se então buscar compreender porque o modelo tradicional de *peacekeeping* se tornou obsoleto e como o Secretariado da ONU buscou se adaptar aos novos desafios do mundo pós-Guerra Fria.

2.2 A Evolução das Operações de Paz

É possível identificar três momentos distintos na evolução das operações de paz da Organização das Nações Unidas. O primeiro deles se inicia após a criação da ONU e segue até o final da Guerra Fria. O segundo trata das operações da década de 90 e a crise do modelo tradicional das operações de paz. Por fim, após o Relatório Brahimi (2000) e a reformulação do modelo de *peacekeeping*, dá-se início às operações de caráter multidimensional (BADMUS, 2015).

O período de Guerra Fria foi caracterizado pelo engessamento do Conselho de Segurança e consequentemente a implementação de poucos mandatos de operações de paz: foram apenas 15 operações levadas a cabo em toda a sua duração (PUREZA et al. 2009). Essas operações buscavam solucionar conflitos com menor impacto no interesse das grandes potências e foram caracterizados principalmente por resolução de disputas interestatais. O principal exemplo desse período é a primeira aplicação do modelo de *peacekeeping* tradicional na UNEF I de 1956 que teve como objetivo solucionar o conflito da Crise de Suez entre Egito, Israel, Inglaterra e França.

Com o fim da ordem bipolar, percebeu-se um surto no número de operações que em apenas na década de 90 encadeou 35 operações (quando comparada às 13 operações desenvolvidas desde 1948 a 1987). Todavia, com o fim da disputa ideológica sustentada pelas potências nucleares (EUA e URSS), os países da periferia começaram a convulsionar, muitos governos apoiados pelo bloco socialista caíram, outros, que eram estratégicos apenas para

[9]Os princípios básicos das operações de *peacekeeping* foram inicialmente compilados pelo Secretariado da Organização das Nações Unidas após a experiência da UNEF (1956), em Suez.

sustentar a disputa, viram seus recursos serem cortados. Sendo assim, os conflitos começaram a perder o caráter de guerra interestatal e passaram a ser guerras civis, ou, em alguns casos, guerras de independência. Como é de se esperar, a doutrina de operações de paz vigente até então não foi capaz de satisfazer as demandas de um conflito intraestatal.

A ONU passou nesta segunda fase por um período de consideráveis fracassos nos modelos de *peacekeeping* sendo os mais claros o caso da UNOSOM na Somália, UNPROFOR na Bósnia e a UNAMIR na Ruanda. O primeiro problema na implementação destas três operações é que em todos os casos os conflitos que deveriam ser gerenciados seguiam vigentes, ou seja, não havia um cessar fogo, ou um acordo para se defender. Em segundo lugar, os capacetes azuis não estavam preparados para lidar com um conflito entre civis[10], ou milícias, tendo em vista os princípios, até então extremamente restritivos, de imparcialidade e não-uso da força. Sob a égide de tais princípios, se justificava a abstenção do conflito, uma vez que na disputa pelo poder, todos eram partes interessadas e frente a ausência de consenso entre as partes estava impedida a intervenção externa.

Após o insucesso das missões na década de 1990, o Relatório Brahimi de 2000 teve como objetivo revisar o papel das operações de *peacekeeping* empreendidas pela organização (FAGANELLO, 2013). O Painel concordou parcialmente com a manutenção dos princípios básicos de *peacekeeping*, uma vez que, tendo em vista o caráter intraestatal dos conflitos, o consentimento pode ser manipulado por muitos agentes, a imparcialidade deve ter como base os princípios da Carta da ONU e o uso da força não deve estar condicionado apenas a defesa de si próprio, mas aos demais componentes da missão e do mandato (ONU, 2000). Essa perspectiva pode ser resumida com a ideia de que a proteção dos direitos humanos se tornou prioridade no discurso do novo modo de fazer *peacekeeping* e será a base para a construção da ideia de operações multidimensionais.

2.3 Evolução das Operações de Paz no continente africano

Ao se falar da evolução das Operações de Paz (OPs) no continente africano, deve-se ter em mente que até 1960 a maioria dos países estavam sob o domínio colonial europeu. A partir do “ano africano”, os países foram se tornando independentes, seguindo uma “linha ‘pacífica’, gradual e controlada” (VISENTINI, 2010a, p. 29). Nesse sentido, a primeira grande Operação de Paz, bem como a primeira fase delas no continente, foi a Missão das Nações Unidas no Congo (ONUC), a convite do recém formado governo congolês, e que entre 1960 e 1964 utilizou mais de 20 mil soldados. Após falhar em diversas frentes, mesmo com o uso da força, após sua retirada em 1964, a ONU entrou em um período de quase 20 anos sem organizar uma OP importante na África (ESCOSTEGUY, 2011).

Em paralelo, nessa mesma época, pela primeira vez os Estados africanos estavam começando articulações e projetos próprios. Assim, em 1963, 30 Estados se uniram para criar a Organização da Unidade Africana (OUA), que vai ser a primeira a pensar na integração do continente e consequentemente na segurança e na formação estatal dos jovens países. Entretanto, é importante destacar que ela não foi eficiente no desenvolvimento institucional de maneiras de promover a paz e a segurança na África. Dessa forma, a substituição da OUA pela União Africana (UA) em 2002 vai representar um marco na presença das OPs na África, bem como de sua participação na promoção ou na manutenção da paz (ESCOSTEGUY, 2011).

Antes disso, nos anos noventa, vai surgir a segunda fase das OPs no continente africano. Duas missões - uma na Namíbia (1989-1990) e uma em Moçambique (1992-1994) - tiveram

---

[10] Segundo o estudo de Bowed e Chikwanha (2010) até a década de 1990 cerca de 90% das mortes eram de militares, já os conflitos da década de 1990 tiveram como principais vítimas a população civil, contabilizando 90% das mortes.

êxito ao cumprir seu papel, em contraste com uma série de missões que falharam terrivelmente. Dentre essas, destaca-se as Missões em Angola - UNAVEM I (1989-1991), II (1991-1995) e III (1995-1997) e mais tarde a MONUA (1997-1999) -, a Missão no Saara Ocidental (MINURSO - 1991), que monitora a situação até hoje, a UNOSOM I (1992) e II (1993) na Somália, que não conseguiu evitar uma guerra civil e a UNAMIR (1993) em Ruanda, que foi incapaz de agir e evitar o genocídio dos tutsis (ESCOSTEGUY, 2011; AKONOR, 2017).

A terceira fase das OPs vai ser um momento em que organizações regionais africanas como a Comunidade Econômica da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) procuram preencher o vácuo deixado pela ONU, que até 1999 não vai autorizar mais nenhuma grande OP no continente. Destaca-se nessa fase, a operação na Libéria em 1990, em Serra Leoa em 1997, em Guiné-Bissau em 1998 e na Costa do Marfim em 2002, promovidas pela CEDEAO e no Lesotho e na República Democrática do Congo em 1998 pela SADC. A volta das operações da ONU a partir de 1999 vai contar com a Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (UNAMSIL) nesse mesmo ano e a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) (ESCOSTEGUY, 2011; AKONOR, 2017).

A partir dos anos 2000, com a criação da UA, um dos fatores de maior destaque na história recente das OPs são as tropas africanas, cada vez mais presente e indispensáveis para as missões da ONU na África, representando mais de 46% das pessoas envolvidas (militares, policiais e civis). Isso reflete o comprometimento dos Estados africanos em buscar soluções conjuntas para a segurança e estabilidade do continente (RETTING, 2016).

Em termos de Segurança e Defesa, o continente africano assistiu nos primeiros anos do século XXI à queda no número de conflitos armados internos. Entre 2002-2008, ocorreu uma queda de 13 para 05 conflitos, apesar da severidade dos que restaram (SARAIVA, 2008). Destaca-se que os conflitos armados internos são uma das causas imediatas do subdesenvolvimento no continente. É interessante notar que a medida que esses conflitos foram sendo pacificados, as instituições e governos na África passaram a se fortalecer, e garantir a democracia, importantíssimo para o prestígio internacional do século XXI (SARAIVA, 2008). Contudo, é importante destacar que apesar da redução nos conflitos armados internos, a guerra contra o terrorismo - patrocinada pelos EUA e potências europeias - e os desdobramentos da Primavera Árabe geraram novos focos de instabilidade e novas crises nos países africanos de caráter diferente daqueles assistidos nos anos 1980-1990. Cerca de um quarto das nações africanas ainda é assolado pela instabilidade política ou conflitos armados, o que prejudica seriamente as perspectivas de crescimento (STUENKEL, 2014). Por exemplo, em 2014, 69% das reuniões do Conselho de Segurança da ONU trataram de conflitos no continente (AKONOR, 2017).

Esse, então, tem sido um período de ocorrência de diversas parcerias entre a ONU e a UA - que são importantes para que também haja uma maior confiança dos africanos em relação às OPs, a fim de alcançar uma maior eficiência nas missões. Por exemplo, a Missão Híbrida das Nações Unidas e da União Africana para Darfur (UNAMID) e o apoio entre as duas organizações para promover o referendo que resultou na independência do Sudão do Sul em 2011. É interessante ressaltar que dentro da evolução das OPs na África, os próprios países do continente são cada vez mais protagonistas, buscando-se seguir o ideal da UA de "problemas africanos, soluções africanas" (RETTING, 2016; AKONOR, 2017).

3. África como Entorno Estratégico Brasileiro: Perspectiva Histórica da Relação entre os Dois Lados do Atlântico Sul

O continente africano esteve diretamente ligado às fases de operações de manutenção da paz ao longo da história das Nações Unidas, assim como os conflitos africanos influenciaram

mudanças acerca de como a Organização e o sistema internacional atuariam em operações de paz. Na presente seção, então, busca-se explorar as ações e iniciativas entre o Brasil e o continente africano. Importa analisá-las para melhor compreender na prática como os interesses brasileiros se colocam na África.

As relações Brasil-África são inauguradas ainda no período colonial, através do tráfico de escravos via Atlântico. A diáspora africana, com a vinda de milhões de homens e mulheres do continente, tornou o Brasil uma "segunda nação africana", não só pela população negra ser numericamente maior, mas também pela contribuição cultural, econômica e científica desses povos para a formação da sociedade e do território brasileiro (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2014). As relações entre os dois lados do Atlântico, entretanto, seriam fechadas com o fim do tráfico e só voltariam a ocorrer com a independência dos países africanos na segunda metade do século XX.

Com as independências africanas, o Brasil começa uma nova aproximação com a África. Nesse período, surge em vários setores da sociedade brasileira a percepção estratégica do continente africano para o Brasil e de que, então, era necessária uma aproximação mais efetiva entre os dois lados do Atlântico Sul. O General Golbery de Couto e Silva (1967) caracterizou o continente africano como "fronteira oriental", colocando a África como continuação da fronteira brasileira e assim ponto mais vulnerável do nosso entorno, precisando de uma maior atenção do Brasil. Nesse mesmo sentido, José Honório Rodrigues (1964) também entendia que

> **O Atlântico Sul nos une** a quase toda a África Ocidental e nos sugere uma política de esplanada, intercontinental, que melhore não somente nossas condições de proteção e segurança, mas nossas alianças econômicas e de amizade. Somos, assim, pela nossa própria extensão e posição no Atlântico Sul uma nação intercontinental e um protagonista das relações internacionais com o mundo africano. [...] Pela nossa posição em relação às rotas do Atlântico, gozamos de uma situação privilegiada para um extracontinentalismo que favoreça nossas relações comerciais e políticas (RODRIGUES, 1964, p. 371).

A saída das metrópoles europeias da África nesse momento resultou em um "vazio de poder" que colocava o continente e, por consequência, o Oceano Atlântico como possível palco do confronto bipolar (PENHA, 2011). Ao mesmo tempo, dentro do governo brasileiro percebe-se uma oportunidade para projetar o país na cena internacional, aproveitando os mercados africanos para sua crescente produção industrial e também se colocar como elo entre a África e o Ocidente. Junto a isso, os processos africanos das décadas de 1950 e 1960 marcaram o aprofundamento do movimento terceiro-mundista. A Conferência de Bandung (1955) e o Movimento dos Países Não-Alinhados defenderam a emancipação total dos territórios ainda dependentes, repudiaram os pactos de defesa coletiva patrocinados pelas grandes potências da Guerra Fria, buscando assim um neutralismo no contexto de bipolaridade (PENHA, 2011; VISENTINI, 2013). Portanto, o interesse brasileiro pelo continente africano está ligado concomitantemente a interesses econômicos, políticos ou estratégicos (PENHA, 2011).

Dessa forma, a política brasileira para a África, parte primeiramente do entendimento da posição estratégica da África para/com o Brasil; mas também advinda de suas raízes históricas e de uma solidariedade terceiro-mundista que ganhava força com o Movimento dos Não-Alinhados. Nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964), no âmbito da "Política Externa Independente" (PEI), pela primeira vez se criaria uma aproximação mais efetiva com o continente depois de séculos de afastamento. A PEI defendia a descolonização total da África, a autodeterminação dos povos africanos e a reconstrução das nações independentes (CERVO; BUENO, 2014; VISENTINI, 2013).

O Brasil, portanto, começa a se afastar de Portugal e se voltar para a África. E no Governo Ernesto Geisel (1974-1979) essa política seria aprofundada. Além da abertura de 6 embaixadas no continente, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975. Também inicia uma forte condenação dos movimentos racistas na África austral,

promovendo sanções. Conhecida como “Pragmatismo Responsável”, a política externa de Geisel marcou o início de uma perspectiva cooperativa para o Atlântico Sul, afastando-se de tentativas militaristas para a região, defendida pelos Estados Unidos, África do Sul e Argentina. Em pouco mais de 10 anos, no Governo José Sarney (1985-1990), essa política resultaria na criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) (PEREIRA, 2016; SILVA, 2008).

Assim como na África, mas não na mesma intensidade, as décadas de 1980 e 1990 no Brasil foram marcadas por crise econômica e ascensão de governos neoliberais. Ao mesmo tempo, o fim da Guerra Fria traria uma nova dinâmica para a África, agora com uma maior atuação das Nações Unidas nas questões securitárias. Em decorrência disso, há um novo afastamento das relações com o continente (VISENTINI, 2013). Nesse sentido, com Fernando Henrique Cardoso no executivo brasileiro (1995-2002), o Brasil adota uma política seletiva em relação a África, ou seja, o foco das relações brasileiras seria apenas em países lusófonos. O principal exemplo dessa política foi a participação brasileira nas Operações em Moçambique e Angola (CERVO; BUENO, 2014).

Historicamente pendulares, as relações entre Brasil e África na primeira década do século XXI foram as maiores beneficiadas dentro da Cooperação Sul-Sul. Para o governo brasileiro, a promoção de uma política externa ativa e afirmativa, passava pelo aprofundamento e diversificação das relações com o continente africano. É de suma importância reconhecer que o ambiente externo dos anos 2000 era propício para que os países em desenvolvimento se aproximassem economicamente e se alinhassem politicamente a fim de reduzir suas assimetrias em relação aos países do Norte (ABDENUR, 2017). O governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) se mostrou disposto em contribuir para o desenvolvimento dos Estados africanos. Destaque aqui para a modificação na estrutura interna do Itamaraty em relação à África: além da Divisão da África (I) e (II) e da criação da Divisão de África III, dividiu-se o Departamento da África e do Oriente Médio, sendo criados um para cada região (VISENTINI, 2013). Durante o governo Lula foram inauguradas 17 embaixadas no continente africano, além da reabertura de embaixadas que haviam sido desativadas na década de 1990.

A diplomacia econômica foi um dos principais canais das relações entre Brasil e África. Comércio e investimento entre ambos cresceu de forma bastante significativa, sendo o continente percebido como um espaço para bons negócios para as empresas públicas e privadas brasileiras. É importante ressaltar que os investimentos foram massivos na área de infraestrutura e de energia, a exemplo da Odebrecht e Petrobrás; justificados pela retórica de auxílio na construção de capacidades estatais dos países africanos (VISENTINI, 2013). A cooperação técnica foi um dos principais vetores da atuação brasileira na África, auxiliado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), uma divisão do Ministério de Relações Exteriores, a qual tem atuado no sentido de responder demandas específicas dos governos africanos. Ela se deu nas mais diversas áreas, destaca-se aqui a cooperação na área à agricultura, através da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária), e a cooperação na área da saúde pública, através da FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz). Para além de projetos de infraestrutura, seminários e visitas oficiais, as missões de paz foram outro aspecto de suma relevância (ABDENUR, 2017).

Por fim, é de suma importância destacar a cooperação em matéria de defesa. O eixo central que justifica tal cooperação é o compromisso conjunto de garantir a segurança do Atlântico Sul, o qual se dá especialmente no âmbito das ZOPACAS. É interessante analisar que, a partir de uma nova estratégia internacional desenvolvida desde o governo Lula, materializada na Política Nacional de Defesa (PND) de 2005, na Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008, e no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) de 2012.

Essa compreensão e percepção de que o entorno geográfico imediato se estende até a outra margem do Atlântico e possui potencial estratégico relevante (conforme já exposto

anteriormente). A partir dessa lógica, o entorno estratégico se coloca como uma área prioritária em que o país toma iniciativas em matéria de cooperação técnico-militar, a exemplo dos intercâmbios militares, dos acordos de Defesa e das ações sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) para imposição ou manutenção de paz. O próprio Livro Branco de Defesa Nacional afirma que “o Brasil terá condições de dissuadir agressões a seu território, a sua população e a seus interesses, contribuindo para a manutenção de um ambiente pacífico em seu entorno” (BRASIL, 2012). Além disso, a preocupação brasileira em relação à paz e segurança do continente africano vai ao encontro das responsabilidades exigidas de um país emergente de crescente importância no cenário internacional, uma vez que a proximidade geográfica e os laços históricos que os unem fazem da África uma arena prioritária para a atuação brasileira. Destaca-se que entre 2003 e 2013 foram firmados nove acordos de cooperação de defesa em geral foram assinados com parceiros como Angola (2010), Guiné Equatorial (2010), Guiné-Bissau (2006), Moçambique (2009), Namíbia (2009), Nigéria (2010), São Tomé e Príncipe (2010), Senegal (2010), e África do Sul (2003) (CARDOSO, 2016; FERREIRA; MIGON, 2016).

Brasil e África também promoveram cooperação técnica em segurança e defesa na dimensão multilateral. Para além da ZOPACAS, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para além de questões culturais e econômicas, foi um espaço importantíssimo para o desenvolvimento de iniciativas em termos securitários. Além do Protocolo para Cooperação em Defesa, os países membros da CPLP realizaram em 2017 mais um Exercício Felino, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) no Rio de Janeiro. A Força Tarefa Conjunta e Combinada é composta por representantes da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro, da Força Aérea Brasileira, bem como de militares oriundos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Tais exercícios tem a finalidade de aprofundar a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-Membros da CPLP. Além disso, busca-se treinar as forças para o emprego em operações de apoio à paz e de ajuda humanitária, sob o amparo da Organização das Nações Unidas (ONU) (BRASIL, 2017).

4. O Brasil e as Operações de Paz na África

Após a identificação da importância estratégica do continente africano para o Brasil, é necessário analisar a importância da participação brasileira nas operações de paz no continente para garantir a inserção brasileira no seu entorno estratégico. Para se poder analisar a atuação brasileira em OPs na África, primeiramente, é necessário analisar o histórico brasileiro nestas operações, assim como a própria visão brasileira sobre as mesmas. A seguinte sessão, dessa forma, busca destacar essa importância através de uma periodização da participação brasileira em OPs, especialmente no continente africano, assim como busca identificar, nos documentos formulados pelo governo, a maior relevância que as OPs passam a ter nos últimos anos. Por fim, a análise destes documentos também mostra os motivos que levam a contribuição do Brasil nas operações ser singular.

4.1 Perspectiva brasileira de Operações de Paz

Como o Brasil não possui um documento específico que determine a atuação do país nas operações de *peacekeeping* (ABDENUR; CALL, 2017), é necessário analisar os documentos emitidos pelo governo brasileiro nas áreas de Política Externa e Defesa, assim como outras fontes que abordam a atuação do país no cenário internacional. Dessa forma, esta subseção abordará documentos como a Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END), o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e a própria Constituição Federal

(CF) para analisar a visão do Estado brasileiro sobre as Operações de Paz. É importante salientar que, assim como as próprias OPs, a visão brasileira sobre estas também se modificou ao longo do tempo.

Ao analisar a Constituição Federal de 1988, alguns itens do artigo 4º, que trata sobre a atuação brasileira nas relações internacionais, se destacam para o presente estudo. São eles os itens II, III, IV, VI e IX que se referem a prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não-intervenção, defesa da paz e cooperação dos povos e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, respectivamente (BRASIL, 1988). Segundo Kenkel (2008, 2011) e Santos e Cravo (2014), a adoção de princípios como a não-intervenção e o respeito à autodeterminação dos povos está ligada a uma questão histórica de assimetria de poder em relação às potências centrais, como Estados Unidos e os países europeus, e a luta brasileira por manter a sua integridade territorial e soberania. Ainda sobre a perspectiva destes autores, esta percepção histórica de assimetria de poder levará o Brasil a aderir às organizações internacionais e aos foros multilaterais, como a ONU, assim como defender fortemente as normas internacionais redigidas por estes organismos.

A partir desta perspectiva de assimetria, respeito à soberania e a não intervenção em outros países e adesão à foros multilaterais, criou-se, na diplomacia brasileira, o entendimento de participar apenas de operações de *peacekeeping* regidas pelo cap. VI da Carta da ONU, tendo dessa forma o consenso do país no qual ocorre a operação, além de priorizar o diálogo para a resolução do conflito - diferentemente do que ocorre em OPs sobre a égide do cap. VII[11] (KENKEL, 2011).

Apesar da adesão às operações de paz desde a década de 1940, os primeiros documentos que visam normatizar sobre a atuação brasileira surgem quase 50 anos após o surgimento das OPs. O primeiro destes documentos foi a PND lançada em 1996 durante o governo Cardoso. Tal documento, cita como uma das diretrizes da Política de Defesa "participar de operações internacionais de manutenção de paz, de acordo com o interesse nacional" (BRASIL, 1996, p. 9). Para Kenkel (2010, 2011), apesar da criação de um documento que citasse a participação em missões de paz como uma diretriz da política de defesa nacional, a PND de 1996 foi insuficiente para criar uma maior institucionalização das ligações entre a Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores e Forças Armadas para formalizar o processo de decisão de participar em uma OP, assim como não estipula critérios claros para ceder pessoal às OPs.

Em 2005, a PND recebe uma atualização, levando a um aprofundamento das questões relacionadas às missões de paz. Destacam-se o item 4.12 que se refere sobre a atuação do Brasil na comunidade internacional "respeitando os princípios constitucionais de autodeterminação, não-intervenção (...). Nessas condições, sob a égide de organismos multilaterais, participa de operações de paz, visando a contribuir para a paz e segurança internacionais (BRASIL, 2005, p. 27). Mais à frente, o documento estipula como diretriz da política de defesa o aperfeiçoamento das capacidades das Forças Armadas para ter cada vez maiores responsabilidades em operações de paz empreendidas por organizações multilaterais com o intuito de aumentar a projeção internacional brasileira (BRASIL, 2005). Nesta nova versão, o Brasil reforça o seu comprometimento com os mecanismos multilaterais, em consonância com a sua tradição diplomática citada anteriormente, e traz as missões de paz como uma forma de ampliar a projeção internacional do Brasil.

A Estratégia Nacional de Defesa, lançada em 2008, salienta a importância das missões de paz para o adestramento das Forças Armadas, assim como o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) para o treinamento de pessoal tanto do Brasil quanto do exterior

[11] Como será visto adiante nesta seção, o entendimento do Brasil sobre as missões de paz criadas sobre os auspícios do Artigo VII da Carta da ONU se altera com a participação brasileira na Missão de Paz no Haiti (KENKEL, 2008).

(BRASIL, 2008). O Livro Branco, por sua vez, destaca que a participação brasileira em missões deve estar de acordo com a estrutura geopolítica do país (BRASIL, 2012), uma mudança que, apesar de na prática já ser verificada, foi estipulada como diretriz do Ministério da Defesa somente em 2012.

O lançamento da END e do LBDN consolidaram, segundo Kenkel (2011), uma nova percepção, por parte dos formuladores da política externa e de defesa do Brasil, sobre a posição internacional do país no cenário. Mesmo não se encontrando em um nível de simetria de poder com as nações mais desenvolvidas, o Brasil começa a adotar, no início do século XXI, uma posição de potência emergente no cenário internacional. Como potência emergente e candidato a um assento permanente em um hipotético Conselho de Segurança da ONU reformado, o governo brasileiro vê nas operações de paz uma oportunidade de projetar a inserção internacional do país, mostrando ao resto do mundo que o Brasil contribui para a manutenção da segurança internacional (NASSER, 2012). Esta mudança de percepção pode ser acompanhada pelo ganho de importância que as operações de paz recebem nos documentos de Política de Defesa lançados mais recentemente.

A diretriz do Livro Branco de vincular a participação brasileira aos interesses geopolíticos do país vai ao encontro da ideia de que as operações de paz são um importante meio de projeção brasileira no cenário internacional. Em adição a isso, pode-se relacionar a estrutura geopolítica com o conceito de entorno geopolítico, tendo os dois conceitos significados semelhantes. A adição desta diretriz, dessa forma, também ressalta a importância do continente africano para o Brasil. Mais do que isso, a partir de 2012 os formuladores da política externa e de defesa brasileiros vinculam a ideia da importância da África para o entorno estratégico brasileiro com as missões da ONU, fazendo com que as OPs se tornem uma ferramenta de projeção de poder e influência especificamente para esta região.

Ao mesmo tempo em que o Brasil participa de operações de paz para projetar influência no cenário internacional, não se pode ignorar que a participação brasileira também se dá por uma questão de princípios da diplomacia do país. A política externa brasileira, como já abordado anteriormente, tem uma forte tradição multilateralista, assim como - desde a década de 1950 – vincula a ideia de desenvolvimento ao progresso e estabilização social. Dessa forma, a adesão do Brasil junto às missões de paz da ONU, além de uma ferramenta de projeção internacional, como abordado anteriormente, também pode ser analisada como uma questão de princípio da diplomacia brasileira (NASSER, 2012).

Se a participação brasileira em OPs está pautada em uma dualidade baseada na defesa de princípios e interesses políticos pragmáticos da política externa, a escolha em quais missões participar também está baseada em dois fatores. Um destes, já apontado anteriormente, está ligado com os interesses estratégicos brasileiros, enquanto o outro está relacionado com a afinidade histórico-cultural que estes países têm com o Brasil (NASSER, 2012; ABDENUR; CALL, 2017). Estes dois fatores levarão, como já foi explanado, a uma maior participação brasileira em missões de paz localizadas no continente africano, principalmente nos países lusófonos, e em países da América Latina.

A partir dos conceitos apresentados acima – o desenvolvimento como uma questão central para a obtenção da paz e a afinidade histórico-cultural entre o Brasil e estes países -, é possível compreender o modo particular que as forças brasileiras atuam nas missões de paz em que participam. Segundo Kenkel (2011), a vocação multilateralista, a opção de resolução de conflitos por vias pacíficas e a busca pelo desenvolvimento econômico, que são tradicionais a diplomacia brasileira, levaram o Brasil a desenvolver uma forma própria de exercer missões de paz em oposição ao modo tradicional desenvolvido pelos países desenvolvido. Complementando esta visão, Nasser (2012) aponta que o governo brasileiro opta por participar de OPs que abarquem o desenvolvimento como um de seus objetivos, o que, segundo o autor

está baseado em uma visão de solidariedade entre países em desenvolvimento da diplomacia brasileira.

Esta maneira única se traduz em uma maior participação mais ampla do Estado brasileiro no processo de estabilização e reconstrução dos países que recebem estas missões. Desta forma, além de participar com o envio de tropas, os esforços brasileiros estão voltados para a cooperação econômica e técnica com estes países. Neste sentido, a participação de agências do governo, como a EMBRAPA, para a cooperação na área da agricultura e da ONG Viva Rio com projetos visando diminuir a violência no Haiti fazem parte desta visão de fazer missões de paz brasileira (KENKEL, 2011).

Uma das maneiras mais importantes utilizadas pelo Brasil, e que ganhou grande relevância durante a participação brasileira na MINUSTAH, foi a utilização de projetos de rápido impacto (QIPs em inglês). Os QIPs atuam como uma forma de contribuir para a infraestrutura de uma determinada área, qualificação de mão de obra local e geração de renda. Os QIPs acabam gerando resultados positivos tanto para os habitantes locais quanto para os agentes da missão de paz, uma vez que promovem o desenvolvimento e a geração de renda para as comunidades locais, além de criar uma maior legitimidade para a missão de paz - e para a própria ONU - e um maior vínculo entre os militares e os moradores[12] (HAMANN et al, 2017).

No caso da MINUSTAH, por exemplo, o componente militar da missão foi responsável, desde 2004, pela implementação de 91 projetos de rápido impacto com o orçamento de 1,8 milhões de dólares. A participação dos militares na formulação e execução dos QIPs funciona como uma forma de garantir a execução dos objetivos da missão de paz, pois servem como uma forma de obtenção de inteligência para a missão, o que está diretamente ligado com o impacto positivo e na maior legitimidade alcançada destes projetos com a população local. Além disso, projetos de melhoria de infraestrutura, por exemplo, acabam beneficiando as próprias forças militares (HAMANN et al, 2017).

As participações brasileiras nas missões de paz, dessa forma, ganham uma abordagem particular, uma vez que a visão brasileira de construção da paz vai além da estabilização brasileira. Em consonância com o multidimensionalismo da terceira fase das missões da ONU, o Brasil busca atrelar a obtenção da paz com o desenvolvimento econômico, o que levou as tropas brasileiras, e outras agências do país, a desenvolverem uma série de ações que se encaixam em um quadro mais amplo de cooperação entre o Brasil e os países que recebem estas operações de paz. Esta cooperação, desta forma, se enquadraria no que se compreenderia como o modo brasileiro de fazer missões de paz

4.2 A atuação brasileira nas Operações de Paz na África

Para uma melhor compreensão das fases e do engajamento brasileiro nas operações de paz na África, a presente subseção utilizará uma periodização formulada com base em dois trabalhos sobre este tema. O primeiro destes trabalhos foi feito por Hamann (2016) que periodiza a participação brasileira nas OPs a partir de quatro momentos distintos: o primeiro período corresponde de 1947 a 1966; o segundo indo de 1967 a 1989; o terceiro de 1990 a 1999; e, por fim, de 2000 aos dias presentes. Blanco (2017)[13] também divide a participação brasileira

[12]Segundo Kenkel (2011) e Hamann et al (2017), a própria forma como os militares brasileiros interagem com a população local, através de uma abordagem mais pessoal com os locais da região, se diferencia da abordagem feita por agentes de outros países.

[13]É interessante notar que a periodização proposta por Blanco, de certa forma, coincide com as fases das próprias Operações de Paz da ONU mostradas anteriormente. É possível estabelecer uma relação entre a maior participação brasileira em OPs na fase do multidimensionalismo das mesmas. Mostrando que, além de serem uma maneira de projeção internacional, a maior contribuição brasileira também se deu por questões relacionadas a tradição da política externa brasileira relacionadas ao multilateralismo, não intervenção e prevalência dos direitos humanos que a atual fase histórica das OPs traz.

em quatro períodos, porém a sua periodização difere a de Hamann nos dois últimos períodos. Para Blanco, a terceira fase vai de 1988 a 2004 e a quarta fase se inicia em 2004 até a data presente. Dessa forma, o presente estudo utilizará a periodização, no que se refere aos dois últimos períodos, formulada de Blanco, por esta estar em consonância com as ideias de Kenkel (2011) e Santos e Cravo (2014), enquanto que, para as duas primeiras fases, utilizar-se-á a periodização proposta por Hamann.

A primeira fase brasileira nas operações de paz da ONU pode ser caracterizada pelo baixo engajamento, apesar de ter participado em um grande número destas (NASSER 2012; KENKEL, 2011; BLANCO, 2017). Durante o período de 1956 de 1967, a participação brasileira restringiu-se ao envio observadores militares e oficiais de ligação individuais (KENKEL, 2011). A exceção desta tendência neste período é a participação brasileira na Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), que ocorreu em 1956 na crise do Canal de Suez, na qual o país contribui com um batalhão de infantaria (SANTOS; CRAVO, 2014). Além da UNEF I, o Brasil também participou neste período em missões de paz no Congo (ONUC), Guiné Ocidental (UNSF), apesar do envolvimento nestas operações ter sido limitado (SANTOS; CRAVO, 2014).

A ONUC[14] foi a primeira operação de paz da ONU em que Brasil participou efetivamente em solo africano, após a experiência obtida na UNEF. No entanto, os militares brasileiros não se envolveram diretamente no conflito, mas fizeram o transporte aéreo e distribuição de gêneros alimentícios, suprimentos e medicamentos para a população civil do Congo, em consonância ao baixo grau de engajamento do período e conferindo um grande caráter humanitário à sua atuação (MARTINS, 2013).

Após 1967, entrando no segundo período, o governo brasileiro tem uma contribuição marginal junto às OPs (BLANCO, 2017). Este desengajamento está relacionado com o pensamento dos formuladores de política externa do período referente ao papel da ONU no cenário internacional. Esta corrente de pensamento, ligada a figura de diplomatas como Araújo de Castro e Azeredo da Silveira, entendia que as Nações Unidas, inserida na lógica da disputa bipolar da Guerra Fria, era um dos mecanismos das superpotências para a estratificação do poder no cenário internacional (NESSER 2012; SANTOS; CRAVO, 2014; BLANCO, 2017). Durante esse período, o Brasil não participou de nenhuma OP na África.

A partir de 1988, o Brasil reassume uma maior participação na ONU, assim como o multilateralismo volta a ser um dos principais eixos da política externa (VIGEVANI; CEPALUNIA, 2012). Este retorno ao ativismo nas Nações Unidas pode ser ilustrado pela quantidade dos mandatos brasileiros em assentos não permanente no Conselho de Segurança (cinco mandatos entre 1988 e 2011) (NESSER, 2012). Este ativismo também se traduziu em participações em missões de paz. Das 42 OPs estabelecidas entre 1988 e 2002, o Brasil participou de 20 (DPKO, 2013 *apud* SANTOS; CRAVO, 2014), sendo que 13 se em solo africano (DPKO, 2018). No entanto, na maioria destas, a contribuição brasileira foi pequena, restringindo-se ao envio de observadores (NASSER, 2012). Os casos de exceções estão relacionados às OPs localizadas justamente no continente africano ou sul-americano, e em países lusófonos[15].

O Brasil participou das três Operações em Angola (UNAVEM I, II, III), caracterizadas como missões de verificação, que se inserem dentro de um novo entendimento de inserção internacional brasileira - mais ambiciosa, prestativa e global. Entre 1989 e 1991 (UNAVEM I),

[14]Operação concebida para garantir a retiradas forças belgas do Congo, mas que se transformou rapidamente em força de manutenção da integridade territorial e da independência do país (KENKEL; MORAES, 2012).

[15]Segundo Cezne e Hamann (2016), até 2015, 14% do total de enviados pelo brasil a missões de paz da ONU participou de OPs em países lusófonos. Este número é considerável, já que a MINUSTAH representava 78% da alocação do total de enviados. Estes números corroboram com a ideia apresentada no futuro no LBDN sobre os requisitos geopolíticos que a participação brasileira em OPs deveriam atender.

há o envio de 16 militares, entre eles, o General Péricles Ferreira Gomes, que chefiou um grupo de setenta observadores da ONU durante todo o mandato da missão. Entre 1991 e 1995 (UNAVEM II), devido à continuidade do conflito, há o aumento do contingente cedido à operação, passando à composição de 120 observadores militares, observadores eleitorais e equipes médicas. O principal objetivo era de verificar o cumprimento dos acordos de paz assinados pelo governo do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) e pelos rebeldes de Jonas Savimbi; monitorar o cessar-fogo e observar o processo eleitoral no país. Já entre 1995 e 1997 (UNAVEM III) é quando ocorre o maior deslocamento da história do Brasil em Operações de Paz no século XX, sendo o maior contribuinte da operação e que, durante dois anos, foi a maior Operação de Paz da ONU em atividade. O Brasil contribuiu, a cada turno, com um batalhão de infantaria composto por oitocentos homens, uma companhia de engenharia formada por duzentos profissionais, dois postos de saúde avançados – quarenta militares de saúde, entre médicos, dentistas, farmacêuticos e auxiliares de saúde – e aproximadamente quarenta oficiais do Estado-maior (KENKEL; MORAES, 2012).

Além disso, o país também contribuiu para a missão de paz em Moçambique (UNOMOZ), operação expedida pouco depois da conquista de independência da ex-colônia portuguesa e com o objetivo fundamental de acompanhar e apoiar um cessar-fogo entre as duas forças político-sociais que disputavam o poder - as forças legalistas do Governo (FRELIMO) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Além disso o mandato da operação previa a desmobilização das forças e a realização de eleições. Na UNOMOZ, pela primeira vez um brasileiro foi nomeado comandante militar (*force commander*[16]): o General de Divisão Lélio Gonçalves Rodrigues da Silva, que comandou os efetivos militares da missão. Além disso, contou com o emprego de 47 observadores militares e uma Companhia de Fuzileiros da Brigada Paraquedista, com um efetivo de 170 militares. As Forças Armadas brasileiras fizeram uso de veículos de fabricação nacional e conduziram suas atividades principalmente a partir da localidade de Mocuba, no interior do país (FERREIRA, 2016; SILVA, 2005). Durante a ONUMOZ, há a percepção por parte do comando brasileiro de que o Brasil ainda tinha um papel muito tímido em relação à participação de outros países em Operações de Paz da ONU, inclusive aqueles que tinham menor projeção econômica, política e, principalmente, militar que o Brasil. Dessa forma, se enseja gradualmente o aprofundamento e a complexificação da atuação brasileira que poderia ser verificada nas operações UNAVEM II e III em Angola (KENKEL; MORAES, 2012; SILVA, 2005)

Apesar de um maior engajamento brasileiro em OPs, e com exceção das operações mencionadas de Angola, a participação brasileira continuou a tendência de baixa contribuição. Contudo, esta fase, que vai de 1988 a 2004, foi importante por demonstrar que "um novo modelo de participação brasileira em OPs das Nações Unidas começava de forma acanhada, mas ciente do papel que poderia ter na composição de uma política externa mais ambiciosa, mais prestativa, mais global (...)" (NASSER, 2012, p. 217). O início de uma nova postura brasileira em relação às OPs ocorreria somente nos anos 2000. O ponto de inflexão ocorre de fato em 2004 quando o Brasil decide participar da Operação de Paz no Haiti (MINUSTAH). Essa, por se tratar de uma OP criada sob os auspícios do cap. VII da Carta da ONU, representa uma ruptura com a linha diplomática que o país vinha praticando (KENKEL, 2011; SANTOS; CRAVO; 2014; NASSER 2012). Vale salientar que, como é apontado pela diplomacia brasileira, apenas um dos artigos da resolução que criou a MINUSTAH está sobre os auspícios do art. XVII, o que levaria o resto da resolução ser interpretada como fazendo parte do cap. VI (KENKEL, 2008; SANTOS; CRAVO, 2014). Além disso, todas as partes envolvidas no conflito no Haiti concordaram com a atuação das tropas da ONU no local (ONU, 2004), o que

[16]Definido como o oficial general, aquele que comanda os efetivos militares em uma Operação de Paz na ONU (SILVA, 2005).

pode ser interpretado pelo respeito da diplomacia brasileira aos princípios de não-intervenção defendidos pelo Brasil.

Mesmo não ocorrendo no continente africano, a atuação brasileira na MINUSTAH foi sem precedentes e importante para projeção internacional do Brasil e para o entendimento do governo brasileiro da relevância das OPs. Analisando a participação histórica do Brasil nas OPs, percebe-se que, a partir do século XXI, as missões de paz se tornam um importante ponto da política externa brasileira. A maior contribuição nesse período se deve pela percepção das OPs como um "meio ou instrumento que o Brasil elegeu para projetar influência no plano internacional e fazer valer o que seus agentes diplomáticos definiram como interesse nacional" (NASSER, 2012, p. 225). Kenkel (2011) argumenta na mesma direção dizendo que a maior participação em missões de paz está relacionada com percepção do país como um *"global player"* capaz de assumir responsabilidades no sistema internacional participando da construção da paz nele. Consoante com esse entendimento, o país enviava anualmente, no mínimo, 1.200 soldados para a missão do Haiti - chegando a mais de 4.000 soldados em 2010 (BRASIL, 2016). Além disso, o comando da força militar da operação ficou sobre a responsabilidade brasileira desde 2004 (NASSER, 2012).

No entanto, ao se analisar a quantidade de militares e policiais brasileiros enviados em um marco temporal mais extenso, entre 1947 e 2015, verifica-se que os países lusófonos (Angola, Moçambique e Timor Leste e, em menor escala, Guiné Bissau) perdem apenas para o Haiti no recebimento de Forças Armadas brasileiras durante o desdobramento de OPS, e que do total de quatro países, três deles estão na África. Para o Brasil, eles representam um total de 5.804 militares e policiais e 14% do total já mobilizado na história brasileira para atuar em Operações de Paz (HAMANN, 2016). Dentro dessa categoria, a operação mais conhecida pela participação brasileira é a já mencionada UNAVEM III, devido tanto à relevância do conflito no cenário internacional - a maior operação de paz da ONU no período - quanto pela quantidade do contingente brasileiro deslocado - 1.143 pessoas, entre experts, tropas e policiais (HAMANN, 2016). As outras OPs da África enquadram-se em uma categoria mais restrita: somente 2% das Forças Armadas brasileiras são mobilizadas para atuar fora da MINUSTAH, UNIFIL e operações em países lusófonos, o que congrega todo o restante do continente africano. Essa grande concentração de brasileiros em missões específicas reflete na atualidade, fazendo com que o número de agentes enviados pelo Brasil em missões de paz seja um pouco mais de 200 brasileiros, entre militares, civis e policiais, sendo a maior contribuição para a UNIFIL, na qual a Marinha do Brasil fornece o navio capitânia da missão (ONU, 2018). A diminuição se deve, em sua grande maioria, pelo encerramento das atividades da MINUSTAH em 2017 - e o não deslocamento dessas tropas para outra Operação -, fazendo com que o Brasil se tornasse o 50º fornecedor de tropas para OPs em um ranking que o país já ocupou a 13ª posição (DPKO, 2018).

No entanto, por mais que a África (à exceção de Angola e Moçambique) não tenha se transformado numericamente em um dos eixos prioritários da atuação brasileira em OPs, o Brasil esteve presente de forma diluída em pelo menos 22 Operações de Paz da ONU na no continente, como no Saara Ocidental (MINURSO), Sudão do Sul (UNMISS e UNISFA), República Centro Africana (MINUSCA), Congo (MONUSCO), Costa do Marfim (UNOCI) e Guiné-Bissau (UNIOGBIS) (BRASIL, 2016). Destas, o Brasil contou com um de seus militares em posição de destaque no comando de força da missão, que foi o caso do General Carlos Alberto dos Santos Cruz, ao ser nomeado pelo Conselho de Segurança para posição de *Force Commander* da MONUSCO. Além disso, o Brasil também esteve presente no Congo através do envio de 5 oficiais de Estado-Maior. Por fim, vale ressaltar que militares brasileiros também têm posições de destaque fora de OPs específicas, liderando a divisão de planejamento estratégico do Departamento de Operações de *Peacekeeping* ou fazendo parte do Alto Painel

indicado pelo Secretariado-Geral da ONU para a busca de melhorias nas operações de paz da ONU (CEZNE; HAMANN, 2016).

Além do General dos Santos Cruz, também vale ressaltar a posição de destaque que teve o Coronel do Exército Luiz Augusto de Oliveira Santiago, que atuou como *Senior Military Adviser*, o chefe militar do Escritório das Nações Unidas na UNOA - Escritório das Nações Unidas em Angola, cujo objetivo principal era restaurar a paz na região e prestar assistência ao povo angolano. A função do militar brasileiro se resumiu, principalmente, em assessorar o representante do Secretário-Geral da ONU no que tangia às Forças Armadas dos países e do pós-guerra entre Camarões e Nigéria.

5. Considerações Finais

Na análise das Operações de Paz Nações Unidas evidencia-se como a organização vem evoluindo no formato de atuação, ao mesmo tempo em que cada vez mais vem utilizando esse mecanismo para promoção da paz e segurança internacionais. Desde o final da Guerra Fria, em especial no continente africano, onde ocorre a iminência de diversos conflitos nesse momento, a ONU atua como principal agente de assistência em situações conflituosas. Mesmo com a regionalização das OPs na África a partir dos anos 2000, percebe-se que a ONU continua como via primária para resolução dos problemas securitários.

A ligação das Nações Unidas com o continente africano é ainda mais profunda ao comparar as gerações de OPs e atuação na África. Todas essas fases estiveram diretamente ligadas com a atuação dessas operações no continente africano e tem suas crises e mudanças como consequência da evolução nos conflitos africanos. Indiscutivelmente, ao se olhar para os dados apresentados, a África continua a ser o principal foco do Conselho de Segurança e das OPs.

Como foi apresentado também, o Atlântico Sul uniu o Brasil e a África histórica e geograficamente, e teve na cooperação a alternativa principal dessa relação. Desde a década de 1960, governo, diplomacia e Forças Armadas percebem a importância da África como parte do entorno estratégico brasileiro, e, portanto, a segurança e a estabilidade do continente africano são vistos como fundamentais para a segurança e estabilidade do Brasil. Nos anos 2000, o Brasil inicia uma nova e mais profunda atuação no continente africano, amparada pela Cooperação Sul-Sul, que coloca a África como parte fundamental da sua grande estratégia de projeção internacional e de solidariedade entre os países do Sul Global.

Referente a atuação brasileira em OPs, apesar do Brasil ter uma participação frequente em operações de paz das Nações Unidas desde a criação dessas, foi a partir dos últimos 20 anos que o envolvimento brasileiro se tornou mais contundente. A evolução das próprias operações de paz em ações multidimensionais e o entendimento por parte do governo brasileiro de que as OPs são importantes ferramentas de inserção internacional do Brasil são alguns dos fatores que explicam a maior participação brasileira. Neste contexto é possível notar a maior relevância dada a participação brasileira em missões de paz – principalmente naquelas localizadas no entorno estratégico brasileiro - nos documentos que formulam a Política Nacional de Defesa.

Contudo, o envolvimento brasileiro vai além de um simples cálculo pragmático de inserção internacional. O engajamento do país nestas operações também representa uma questão de princípios da política externa brasileira que tem uma preferência pela participação em foros multilaterais da ONU, pela resolução pacífica de conflitos e pelo entendimento de que a paz e estabilização das nações são alcançadas através do desenvolvimento. Dessa forma, o envolvimento das forças brasileiras nas missões de paz foi caracterizado pelo modo único com que as tropas do país atuavam.

Tal singularidade no modo de atuar nas operações foi reconhecida pela própria comunidade internacional. Militares brasileiros estiveram à frente de importantes postos nas

Nações Unidas para planejar e comandar operações de paz. Ter o comando da força por mais de 10 anos na MINUSTAH, algo sem precedentes, assim como a o navio capitânia da operação de paz no Líbano são alguns dos exemplos. Além disso, a nomeação do General Paulo Cruz para a direção do escritório de parcerias estratégicas do Departamento de Operações de *peacekeeping* da ONU, assim como a do General Floriano Peixoto como membro do Alto Painel do Secretariado Geral para rever e aprimorar as operações de paz da ONU são alguns dos exemplos das importantes contribuições que o Brasil vem fornecendo nas OPs. O exemplo mais recente do alto prestígio dos militares brasileiros em relação às missões de paz é a nomeação do General Martins Filho para comandar a MONUSCO (ONU, 2018).

A síntese destas duas abordagens da visão brasileira sobre as operações de paz entende que as práticas solidárias que a política externa brasileira promove não vai de encontro ao interesse nacional, uma vez que é do interesse nacional estar inserido em um entorno estratégico estável, que não seja marcado por conflitos, mesmo que esta estabilização traga custos o país.

A análise histórica da participação em operações de paz e, mais especificamente, o histórico de OPs no continente africano com participação brasileira, aliados com o estudo dos documentos que normatizam a política de defesa do Brasil, mostram a relevância das operações de paz para a inserção internacional do Brasil no cenário internacional e no seu entorno estratégico.

A participação do Brasil em OPs na África teve como expoente a atuação em países lusófonos, como em Angola e Moçambique. Entretanto, no século XXI, sua participação coloca-se como quantitativamente muito inferior quando comparada aos eixos prioritários para o envolvimento armado brasileiro, como se tornou o caso do Haiti e do Líbano. Mesmo assim, o país esteve presente em uma gama múltipla e diversificada de Operações de Paz no continente africano, assumindo, inclusive, posições militares estratégicas que sinalizam o ensaio de um papel de prestígio e relevância brasileira em assuntos de segurança internacional. Com o término da MINUSTAH, no entanto, a atuação brasileira em OPs entra novamente em um período de recuo, a partir do não estabelecimento de novos mandatos para suas tropas, como podemos ver na decisão brasileira em não participar da MINUSCA.

Uma posição tímida brasileira em relação a participação em OPs, principalmente comparando com países de menor estatura política, econômica e militar, não deveria voltar para a pauta brasileira. Para um país que pleiteia um acento no Conselho de Segurança, a participação nessas operações é fundamental.

Essa opção brasileira atual afeta diretamente seus objetivos internacionais e na região. Em termos de importância estratégica para o Brasil, a presença de oficiais brasileiros nas OPs se dá não apenas em um sentido de fortalecer as relações históricas entre Brasil e África, mas especialmente em garantir a segurança e a estabilidade do seu entorno estratégico. A segurança e a defesa da porção sul do Atlântico estão fortemente interligadas às condições institucionais e de segurança do continente africano. Cabe também destacar que a presença brasileira na África, em termos de segurança, se dá em um caráter preventivo, quando observado os inúmeros projetos de cooperação técnica militar, e em um caráter operativo, quando observado a participação brasileira em OPs. Além disso, em termos de importância para Forças Armadas, dada a mudança na definição das missões militares, nossa participação importa sobremaneira para o treinamento de nossos soldados.

Referências

ABDENUR, Adriana E. Brazil-Africa Relations: from Boom to Bust? In*:* NAGAR, Dawn; MUTASA, Charles. **Africa and the World - bilateral and multilateral international diplomacy.** Norway, 2018.

AKONOR, Kwame. **UN Peacekeeping in Africa:** A Critical examination and Recommendations for Improvement. Cham: Springer, 2017.

BADMUS, Isaka. **The African Union's Role in Peacekeeping**: Building on Lessons Learned from Security Operations. London: Macmillan Publishers Limited, 2015.
BLANCO, Ramon. The Brazilian engagement with Peace Operations: a critical analysis. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 60, n. 2, p. 1-20, dez. 2017. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-732920170002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27/04/2018.
BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasi**l. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24/04/2018
______. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional.** Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf>. Acesso em: 24/04/2018.
______. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 24/04/2018.
______. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em: 24/04/2018
______. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/livrobranco.pdf>. Acesso em: 24/04/2018
______. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro-branco-de-defesa-nacional-consulta-publica-12122017.pdf>. Acesso em: 24/04/2018
______. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em: 24/04/2018
CALL, Charles T; ABDENUR, Adriana. **A "Brazilian Way"? Brazil's approach to peacebuilding**. Georgetown, Brookings, 2017. Disponível em: <https://www.brookings.edu/research/a-brazilian-way-brazils-approach-to-peacebuilding/>. Acesso em: 05/05/2018
CARDOSO, Nilton Cesar F. Segurança regional e integração no Chifre da África: IGAD e os processos de paz no Sudão e na Somália. In: VISENTINI, Paulo F.; MIGON, Eduardo G.; PEREIRA, Analúcia D. (Org.). **A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil.** Porto Alegre: NERINT-UFRGS/LED/ECEME, 2016. p. 153-188
CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.
CEZNE, Eric; HAMANN, Eduarda. Brazilian peacekeeping: challenges and potentials in turbulent landscapes at home and internationally. **Prio Policy Brief**. Oslo, n. 22, 2016. Disponível em: <https://www.prio.org/Publications/Publication/?x=9220>. Acesso em: 02/05/2018.
DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS (DPKO). **Troop and police contributor**, 2018. Disponível em:<https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>. Acesso em: 01/05/2018.
ESCOSTEGUY, Pedro. **A nova arquitetura africana de paz e segurança**: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/847-Nova_arquitetura_africana_de_paz_e_seguranca_A.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2017.
FAGANELLO, Priscila L. F. **Operações de Manutenção da Paz da ONU:**de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília: FUNAG, 2013.
FERREIRA, Sylvio de Souza. A participação das Forças Armadas Brasileiras nas operações de paz no continente africano (1990-2014). In: VISENTINI, Paulo F.; MIGON, Eduardo G.; PEREIRA, Analúcia D. (Org.). **A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil.** Porto Alegre: NERINT-UFRGS/LED/ECEME, 2016. p.79-96
FERREIRA, Sylvio de Souza; MIGON, Eduardo Xavier F. Glaser. Cooperação técnica em segurança & defesa: presença do Brasil na África. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v.1 n.2, p.94-111, jul./dez., 2016.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas.** Brasília: FUNAG, 1999.
HAMANN, Eduarda et al. **Confiança em desenvolvimento: o Brasil e os projetos de impacto rápido**. Rio de Janeiro, Instituto Igarapé, 2017.
______. **A Força de uma Trajetória: O Brasil e as Operações da ONU (1947-2015)**. Military Review, Rio de Janeiro, p.47-62, jul. 2016.
HERMANN, Breno. **Soberania, não intervenção e não indiferença: reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro**. Brasília, FUNAG, 2011.
HIRST, Monica; NASSER, Reginaldo. Brazil's involvement in peacekeeping operations: the new defence-security-foreign policy nexus. **NOREF Report**, Noruega, set. 2014.
KENKEL, Michael Kai. *Global Player* ou espectador nas margens? A "responsabilidade de proteger": definições e implicações para o Brasil. **Revista da Escola Naval de Guerra**. Rio de Janeiro, n. 12, p. 6-57, dez. 2008. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/issue/view/31>. Acesso em: 30/03/2018.
______. Interests, identity and brazilian peacekeeping policy. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 9-35, ago. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/rtm/120822_rtmv3_portugues02.pdf>. Acesso em: 28/03/2018.
______. Brazil. In: BELLAMY, Alex J.; Williams, Paul D. **Providing peacekeepers: the politics, challenges and future of United Nations peacekeeping contributions**. Oxford, Oxford University Press, 2010.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). United Nation Security Council. **Resolution 1542 (2004) adopted by the Security Council at its 4961st meeting, at 30 april 2004**. New York, 30 abr. 2004. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542(2004)>. Acesso em: 25/04/2018
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Department of Peacekeeping Operations; Department of Field Support. **Principles and guidelines (Doutrina Capstone)**. New York, 18 jan. 2008. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/capstone_eng.pdf>. Acesso em: 30 de março de 2018.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Department of Peacekeeping Operations. **Troops and Police contributors**. New York, 01 abr. 2018. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>. Acesso em: 01/05/2018
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). General Assembly; Security Council. **Report of the panel on United Nations peacekeeping operations (Relatório Brahimi)**. UN doc. A/55/305 – S/2000/809. 21 aug. 2000. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/docs/55/a55305.pdf>. Acesso em: 30 de março de 2018.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **ONU nomeia brasileiro para chefiar militares na missão de paz na República Democrática do Congo**. Brasília, 13 abr. 2018. Disponível em:<https://nacoesunidas.org/onu-nomeia-brasileiro-para-chefiar-militares-na-missao-de-paz-da-republica-democratica-congo/>. Acesso em: 10/05/2018
NASSER, Filipe. *Pax Brasiliensis:* projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas. In: KENKEL, Kai Michael et al. (Org.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA), 2012.
PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e a geopolítica do Atlântico Sul.** Salvador: EDUFBA, 2011.
PEREIRA, Analúcia Danilevicz. Concertação político-estratégica e cooperação no Atlântico Sul: os casos da ZOPACAS e da Comissão do Golfo da Guiné. In: VISENTINI, Paulo F.; MIGON, Eduardo G.; PEREIRA, Analúcia. D. (Org.). **A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil.** Porto Alegre: NERINT-UFRGS/LED/ECEME, 2016. Cap. 3. p. 59-78. (Estratégia, Defesa e Relações Internacionais).
PUGH, Michael. Peace Operations. In.: WILLIAMS, Paul. **Security Studies**. New York: Routledge, 2008.

PUREZA, José Manuel et. al. Las nuevas operaciones de paz de las Naciones Unidas. Los casos de Angola, Timor Oriental y Mozambique. In: HIRST, Monica (Org.). **Crisis del Estado e Intervención Internacional:** una mirada desde el Sur. Buenos Aires: Edhasa, 2009.
RETTING, Michael D. **The Evolution of African Peacekeeping.** Africa Center for Strategic Studies, 2016. Disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/evolution-african-peacekeeping/>. Acesso em: 02 mai. 2018.
RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África**: outro horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
SANTOS, Rita; CRAVO, Teresa Almeida. Brazil's rising profile in United Nations peacekeeping operations since the end of the Cold War. **Norwegian Peacebuilding Resource Center Report**, Oslo, mar. 2014. Disponível em: <http://ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_47c24376b182eb29154461520d5ba7e9.pdf>. Acesso em: 04/05/2018.
SARAIVA, José Flávio S. A África na Ordem Internacional do Século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória? **Revista Brasileira de Política Internacional 51(1)**, p. 87-105, 2008.
SILVA, Lélio G.R. Da. **Uma missão de paz na África**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.
SILVA, Márcia Maro da. **A Independência de Angola.** Brasília: FUNAG, 2008.
STUENKEL, Oliver. **A Década da África?** Post-Western World. 2014. Disponível em: <http://www.postwesternworld.com/2014/05/15/a-decada-da-africa/>. Acesso em: 8 maio. 2018.
UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as operações de manutenção da paz e a inserção do Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas**. Brasília, DF: Funag, 2010.
VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca de autonomia, de Sarney a Lula**. São Paulo, Editora UNESP, 2011.
VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África e as Potências Emergentes:** nova partilha ou Cooperação Sul-Sul? Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.
______. **A África moderna:** um continente em mudança (1960-2010). Porto Alegre: Leitura XXI, 2010a.
______. **A África na Política Internacional:** o sistema interafricano e sua inserção mundial. Curitiba: Juruá, 2010b.
______. A "Guerra Mundial Africana": um panorama dos novos conflitos após a Guerra Fria. In: VISENTINI, Paulo F.; MIGON, Eduardo G.; PEREIRA, Analúcia D. (Org.). **A (in)segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil.** Porto Alegre: NERINT-UFRGS/LED/ECEME, 2016a. p. 17-32.
VISENTINI, Paulo F.; RIBEIRO, Luiz Dario; PEREIRA, Analúcia D. **História da África e dos africanos.** Petrópolis: Vozes, 2014.
WALLERSTEIN, Immanuel. **Africa**: The Politics of Independence and Unity. New York: Vintage Books, 2005.